Caso: Soja pirata em terra indígena

Link: http://reporterbrasil.org.br/conexoes/?p=107

Íntegra do posicionamento das empresas

Bunge

1) Quais as ações realizadas pela empresa para evitar, em sua cadeia produtiva, a compra de matéria-prima ou de insumos oriundos de produtores que violaram as legislações ambiental e trabalhista?

A Bunge promove a agricultura sustentável junto a milhares de produtores rurais em todo o país. Somente em 2009, foram mais de 400 eventos, atingindo cerca de 80.000 produtores, onde a empresa divulga os conceitos, premissas e importância da agricultura sustentável. Além dos eventos, existem materiais em parceria com órgãos públicos, divulgações técnicas e outros veículos de comunicação para público rural.

Em seus contratos de compra de grãos a empresa também explicita, em cláusulas específicas, que repudia práticas trabalhistas degradantes aos direitos humanos, bem como reforça o compromisso do produtor rural em atender à legislação ambiental. Tais cláusulas contratuais nos reservam o direito de romper, unilateralmente, o relacionamento comercial com produtores que as desrespeitarem.

Finalmente, nossos processos eletrônicos de transações comerciais não permitem a venda de insumos ou compras a partir de produtores inseridos na lista pública de empregadores com práticas de trabalho degradantes (Ministério do Trabalho), compromisso voluntário do qual somos signatários. Com relação a áreas embargadas do Ibama, seguimos os preceitos da lei, com bloqueios automáticos para aquisição de produtos de áreas embargadas.

2) De acordo com os compromissos contidos nos pactos do Conexões Sustentáveis, as empresas signatárias devem adquirir insumos de fornecedores que não estejam incluídos na lista de embargos do Ibama ou na lista suja do trabalho escravo do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Vale ressaltar que esse compromisso se estende a TODOS os empreendimentos do fornecedor, e não apenas à área específica que constar de uma dessas duas listas. Em julho de 2009, a Bunge adquiriu soja produzida por Antônio Penasso no município de Alto Boa Vista (MT). Desde 2008, o produtor possui áreas embargadas pelo Ibama na Fazenda Colombo, localizada dentro da Terra Indígena Maraiwatsede, neste mesmo município. Tendo em vista esses problemas, qual é o posicionamento da empresa a respeito da relação comercial com o produtor Antônio Penasso?

O posicionamento da empresa a respeito da relação comercial com o referido produtor continua sendo o de não aquisição de grãos oriundos de área embargadas do Ibama, de acordo com lista pública divulgada por aquele órgão. Existe um criterioso acompanhamento da origem dos grãos para este fim. Futuras negociações com esse produtor estão sujeitas à análise de critérios ambientais e gestão de risco.

Multigrain

1) Quais as ações realizadas pela empresa para evitar, em sua cadeia produtiva, a compra de matéria-prima ou de insumos oriundos de produtores que violaram as legislações ambiental e trabalhista?

Além da declaração formal do produtor de que a produção se dera em área não embargada, além de não

resultar de utilização de trabalho escravo e outras exigências padronizadas pela Multigrain, ela exige a apresentação de todas as certidões que comprovem a situação regular do produtor e da sua propriedade, inclusive com consulta ao site do IBAMA sobre possíveis embargos. Havendo quaisquer restrições, o produto não é adquirido.

Desse modo, a Multigrain não adquire produtos agrícolas de origem duvidosa, especialmente de produtores que violam a legislação ambiental e sobretudo que constem em eventual lista de autuados por exploração de trabalho escravo.

2) No final de marco de 2010, o Ibama e a Policia Federal deram início a uma operação de busca e apreensão de soja cultivada ilegalmente em áreas embargadas por crimes ambientais no município de Alto Boa Vista a chamada Operação Soja Pirata -, apreendendo cerca de 15 mil toneladas do grão cultivado em propriedades como, por exemplo, a Fazenda Colombo, de Antônio Penasso, localizada dentro da Terra Indígena Maraiwatsede. Na ocasião, a Company Comercio e Representações Ltda., empresa que fornece grãos à Multigrain, foi notificada por receptação da soja produzida ilegalmente. Tendo em vista esses problemas, qual é o posicionamento da empresa a respeito da relação comercial com a Company Comercio e Representações Ltda.?

A Multigrain não adquiriu grãos da empresa Company, mas de um de seus sócios de nome Walmir de Souza, que era quem plantava nas áreas embargadas.

A posição da empresa foi, desde o inicio, a de romper relações comerciais com esse produtor, acionando o seu departamento jurídico para que tomasse todas as providências necessárias, inclusive fornecendo ao IBAMA toda a documentação necessária para o esclarecimento do ocorrido.

No caso específico, a Multigrain comprou a soja antes mesmo de que fosse plantada – prática de mercado apelidada de aquisição de soja verde – e conforme certidões do IBAMA, que ora anexamos, Antonio Penasso, Juliano Penasso e Viviam Kellem Penasso, de quem o IBAMA apreendeu soja, não possuem registros de embargo no Município em que se situam as Fazendas Capim Fino, Mara Azul, Colombo e Fortaleza, ou seja Bom Jesus do Araguaia-MT, locais designados para a produção agrícola adquirida.

Tratou-se, portanto, de uma falha de informação do SITE do IBAMA, uma vez que o embargo realmente existe, sabe-se agora. O problema é que tal embargo foi lançado no Município de Alto da Boa Vista, quando na verdade estas fazendas se situam no Município de Bom Jesus do Araguaia-MT, local em que, corretamente, a Multigrain realizou à época a sua consulta.

O incidente levou a própria Multigrain a ser vitimada, pois toda a soja produzida pelos referidos senhores foi apreendida pelo IBAMA. Fique claro que tais produtores contendem com o IBAMA na esfera da Justiça Federal e, recentemente, foi liberada, através de alvará judicial, a comercialização da soja apreendida. Todavia, a Multigrain, mesmo com a liberação judicial, cuidou de se abster de adquirir a soja, que veio a ser comercializada com outras empresas do ramo.

Cargill

1) Quais as ações realizadas pela empresa para evitar, em sua cadeia produtiva, a compra de matéria-prima ou de insumos oriundos de produtores que violaram as legislações ambiental e trabalhista?

A Cargill compra alimentos que tenham sido produzidos de forma responsável. Para isso, a empresa trabalha em parceria com os produtores rurais e divulga seus compromissos, políticas e ações sobre o cultivo

responsável de grãos por meio de encontros de relacionamento, divulgação em apresentações e publicações específicas. Um desses compromissos é o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, movimento que teve apoio e monitoramento da empresa desde o início de sua consolidação, que está disponível no link http://www.pactonacional.com.br/. Esse compromisso é comunicado pela Cargill em seus Relatórios Anuais, matérias da Revista Cargill e no site www.cargill.com.br.

A empresa também mantém seu sistema atualizado com base na lista suja publicada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, de forma a impedir a realização de negócios com as pessoas e empresas listadas nesse documento. Além disso, há menção específica sobre o pacto em cláusulas contratuais, que também abordam garantias trabalhistas, previdenciárias e ambientais.

2) No final de marco de 2010, o Ibama e a Policia Federal deram início a uma operação de busca e apreensão de soja cultivada ilegalmente em áreas embargadas por crimes ambientais no município de Alto Boa Vista – a chamada Operação Soja Pirata –, apreendendo cerca de 15 mil toneladas do grão cultivado em propriedades como, por exemplo, a Fazenda Colombo, de Antonio Penasso, localizada dentro da Terra Indígena Maraiwatsede. Na ocasião, a Company Comercio e Representações Ltda., empresa que fornece grãos à Cargill, foi notificada por receptação da soja produzida ilegalmente. Tendo em vista esses problemas, qual é o posicionamento da empresa a respeito da relação comercial com a Company Comercio e Representações Ltda.?

Naquele momento, o Ibama e a Polícia Federal também visitaram a Cargill durante o período de fiscalização. A Cargill forneceu toda a documentação comprobatória da origem da soja que passou por nosso armazém na região. Os técnicos da PF e do Ibama analisaram os documentos e constataram não haver irregularidades. Não recebemos nenhuma soja proveniente de cultivo ilegal.

A Cargill não realizou nenhum negócio com a referida empresa na região do Vale do Araguaia. Os negócios da Cargill com a empresa Company ocorreram na região de Primavera do Leste, até abril de 2010. A referida empresa possui áreas na região de Primavera que não estão embargadas ou notificadas quanto ao desrespeito de direitos humanos. De qualquer forma, a Cargill suspendeu o relacionamento com a referida empresa, em todas as regiões.

Pão de Açúcar

Em resposta ao email encaminhado pela Repórter Brasil no dia 20 de dezembro, o Grupo Pão de Açúcar informa que, ao tomar conhecimento do relatório, solicitou imediatamente esclarecimento por parte dos fornecedores envolvidos.

O GPA reforça seu repúdio a qualquer ato praticado em desacordo com a legislação em vigor e que venha a acarretar danos ao meio ambiente e à sociedade. A companhia mantém vários mecanismos e ações com intuito de coibir o comércio de produtos ligados às cadeias produtivas que não cumpram legislações trabalhistas e ambientais.

Esclarece ainda que, confirmadas as evidências, tomará medidas cabíveis, como a suspensão dos contratos de fornecimento, até que a situação esteja resolvida.

Walmart

Em resposta aos questionamentos apresentados pela Repórter Brasil referente ao relatório sobre cadeias

produtivas, que relacionam empresas com atuação no mercado paulista e a Amazônia, o Walmart Brasil reconhece a importância do estudo investigativo realizado para reforçar e monitorar o cumprimento dos pactos empresariais da soja, madeira e carne bovina lançados pelo Movimento Conexões Sustentáveis em 2008, assim como para o pacto pela erradicação do trabalho escravo.

Como empresa signatária dos pactos empresariais e da erradicação pelo trabalho escravo, o Walmart Brasil tem somado esforços nos últimos anos para que os compromissos assumidos sejam efetivamente cumpridos. Frente a isso destacamos as principais ações da empresa e seus resultados.

- 1) Contratos: Cláusulas específicas sobre o atendimento dos referidos pactos foram incorporadas a todos os contratos comerciais a partir de 2009.
- 2) Pacto pela Sustentabilidade Walmart Brasil: Estabelecimento público de compromissos de sustentabilidade com a cadeia de suprimentos com ênfase nas questões da Amazônia. Realização de diálogos e edição de relatórios sobre a Amazônia e Cadeias Produtivas dos quais participaram representantes do governo, 3º setor e setores produtivos.
- 3) Programa de Certificação da Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS): Em 2009, demos início também ao processo de discussão com o setor varejista supermercadista para o estabelecimento de ferramentas e métodos de avaliação e monitoramento da cadeia produtiva da pecuária bovina. Capitaneado pela ABRAS foi desenvolvido um programa de certificação para avaliar de forma evolutiva a produção do setor, mas cuja implantação apresentou diversas dificuldades. Reconhecemos que a expectativa de todos os envolvidos, sobretudo da sociedade, foi frustrada pela inatividade desta proposta e que há necessidade urgente de criar alternativas viáveis para o tema.
- 4) Carne Marca Própria rastreada: Lançamos em agosto de 2010 nossa primeira carne Marca Própria rastreada. Apesar de, neste momento, a produção desta carne acontecer na região sul há perspectiva de expansão para outras regiões. No entanto, os resultados práticos do projeto poderão justificar a efetiva incorporação desta boa prática na cadeia produtiva. Espera-se ainda que paradigmas como custos mais elevados possam ser quebrados para ter um produto rastreado, de qualidade e que cumpra os compromissos necessários. Estamos ainda analisando os resultados operacionais.
- 5) Compromisso Global: Em outubro de 2010 o Walmart Global estabeleceu novos compromissos para o desenvolvimento de uma agricultura mais sustentável. Dentre o conjunto de compromissos foi expandido para todos os países em que a empresa opera aqueles relacionados aos pactos setoriais, garantindo o controle da origem dos produtos até 2015.
- 6) Compromisso específico com frigoríficos de médio porte: Estabelecemos em setembro de 2010 compromissos com 4 frigoríficos fornecedores definindo critérios mínimos para operações com gado e produtos bovinos em escala industrial no bioma Amazônia. Dentre os principais critérios definidos destacamos a obrigação dos fornecedores de comprovar de forma monitorável, verificável e reportável que nenhuma propriedade rural fornecedora direta e indireta de bois para abate tenha áreas com desmatamento originado após outubro de 2009, assim como invasão de terras indígenas, áreas protegidas e não cumpra com o Pacto pela Erradicação do Trabalho Escravo. O acordo firmado prevê etapas de trabalho com prazos que variam de 6 meses até 5 anos.

Reconhecemos que os resultados esperados pela empresa no cumprimento dos pactos ainda não são suficientes, mesmo sabendo que há iniciativas que já estão sendo implementadas também pelos fornecedores.

Temos consciência que atuamos em uma parte da cadeia que apresenta elos extremamente frágeis e dependentes na relação de fornecimento de carne e produtos derivados de grãos de soja. Adotar a questão comercial individualmente como fator de pressão, neste momento, não representa uma alternativa viável, pois poderia promover outros problemas associados, como o desabastecimento do mercado e movimentação de recursos, sem necessariamente garantir uma mudança nas cadeias produtivas.

No entanto, temos mantido discussões constantes com os fornecedores indicados no estudo, para buscar as soluções necessárias. Como avanço deste trabalho, podemos posicionar que para JBS, Marfrig e Cargill a conversa já está sendo estabelecida junto a área internacional do Walmart e em consonância com a meta global indicada.

Como reação imediata ao relatório, notificamos no dia 20/12/10 os fornecedores JBS, Marfrig, Mataboi, Cargill e Bunge para esclarecimento e posicionamento acerca dos questionamentos. Em resumo obtivemos como resposta da JBS, Marfrig, Bunge e Cargill que todos adotam os requisitos dos pactos como critérios para realização comercial com seus fornecedores. No caso do Frigorífico Mataboi S.A., apesar de já realizar a consulta de áreas embargadas pelo IBAMA e a lista do trabalho escravo mantida pelo MTE, o fornecedor reconhece que há divergências e falhas na forma de avaliar e considerar um fornecedor como válido. Estamos nesse momento retornando os questionamentos a estes fornecedores sobre a efetividade das ferramentas e métodos utilizados, bem como estabelecendo novas oportunidades de discussão e adequação destas cadeias produtivas.

Carrefour

O Grupo Carrefour vem, respeitosamente, em atendimento ao oficio encaminhado, expor e esclarecer o quanto segue:

O Carrefour, em concordância com suas políticas comerciais e de desenvolvimento sustentável, está em contínuo esforço para promover melhorias em sua cadeia de fornecedores. Neste contexto, temos trabalhado junto ao setor produtivo – da madeira, pecuária e soja, entre outros – para o estabelecimento de um padrão de produção mais sustentável, não só economicamente, mas também social e ambientalmente.

Vale ressaltar ainda que o Carrefour foi pioneiro no mercado nacional ao introduzir um Programa denominado Garantia de Origem (GO). Os produtos que recebem esse selo passam por um processo diferenciado que permite a rastreabilidade da cadeia de produtores e prevê ações e investimento no desenvolvimento destes.

Este programa prevê um compromisso de controle desde a produção, coleta e transporte do produto até a sua chegada nas gôndolas, tendo o cliente conhecimento da sua origem.

O fornecedor GO recebe constantemente visitas de veterinários, zootecnistas e agrônomos do Grupo Carrefour, para monitoramento de atividades e para apoiá-lo no desenvolvimento de novas práticas, assegurando que todas as legislações e padrões de sustentabilidade preconizados pelo programa estejam sendo observados.

Além de manter esse programa por mais de uma década no Brasil, o Carrefour tem um rígido controle para evitar, para todas as linhas de produto que comercializa, a compra de matéria-prima ou de insumos oriundos de áreas que violam as legislações ambientais e trabalhistas. Para tanto, estabelece em seus contratos comerciais especificações quanto à necessidade premente dos fornecedores seguirem — de forma rigorosa — todas as legislações vigentes, especialmente as ambientais e trabalhistas.

Tais especificações incluem verificações diárias às listas divulgadas pelo IBAMA e Ministério do Trabalho.

Em relação aos fornecedores listados pela Repórter Brasil, o Carrefour prontamente entrou em contato com os mesmos para que fossem esclarecidos os fatos relatados pelo Estudo das Cadeias, reafirmando seu compromisso em não comprar produtos provenientes de qualquer área incluída na lista do Ibama ou do MTE.

Por todos os fornecedores em questão, exceto pela Vale Grande – frigorífico com o qual o Carrefour não mantém mais relação comercial desde o último mês de maio – foi informado que as compras de matéria-prima ou insumos não foram realizadas em áreas embargadas ou constantes da lista suja.